

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (COMUNICAÇÃO COORDENADA)

NOME: SIMONE MEDEIROS DE CARVALHO

TÍTULO: O IMPACTO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL.

AUTORES: SIMONE MEDEIROS DE CARVALHO, SIMONE MEDEIROS DE CARVALHO

PALAVRA CHAVE: QUALIDADE DA EDUCAÇÃO, PARCERIA PÚBLICO PRIVADA, EDUCAÇÃO INFANTIL

RESUMO

Este estudo analisa o uso de Parcerias Público-Privadas como forma de suprir a demanda pela oferta de Educação Infantil no município de Belo Horizonte. O atendimento à Educação Infantil Pública em Belo Horizonte iniciou-se em 1950, com a implantação de 13 escolas municipais de Educação Infantil, seguindo um caráter predominantemente assistencial, pois a oferta deste nível de ensino constituiu-se historicamente como ajuda aos necessitados e não como garantia dos direitos da infância. Esse caráter assistencial permaneceu até 1990, quando foi ampliada a responsabilidade dos municípios na oferta da educação através da Emenda Constitucional 14/96. No bojo das Reformas Educacionais de 1990, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/1996) ampliou a dimensão do direito à educação, definindo a Educação Infantil como a primeira etapa da Educação Básica. Para atender aos requisitos da Lei, os municípios estabeleceram, inicialmente, convênios com as instituições filantrópicas, comunitárias e confessionais, cabendo ao poder público financiar em parte ou integralmente este atendimento. Este modelo, de certa maneira, inaugura as relações entre o poder público municipal e as instituições privadas de ensino para o oferecimento de vagas para a educação infantil, dando origem ao termo Parceria Público-Privada, as "PPP's da educação". Em 2005, firma-se o modelo de cooperação entre entidades públicas e privadas por meio de Parcerias Público-Privadas, disciplinadas pela Lei Federal nº 11.079, de 30/12/2004 e no âmbito do Município pela Lei 9038/2005. A implantação deste modelo fez com que, em 2012, o município de Belo Horizonte se tornasse pioneiro no Brasil na implementação de parcerias público-privadas na educação ao fechar um modelo de parceria para a construção e gestão de recursos para 32 escolas de Educação Infantil e 5 escolas de Ensino Fundamental. Esta pesquisa se propõe a analisar em que medida o estabelecimento destas parcerias público-privadas impactam na gestão democrática da Educação Infantil. Questiona-se, então, quais os entraves e problemas enfrentados pela direção das unidades municipais de educação infantil, as UMEI's, na execução dos contratos de manutenção das escolas e a complexidade de gestão destes contratos. Questiona-se também as possíveis interferências nos aspectos pedagógicos, especialmente nos que se refere ao fator qualidade dos serviços prestados. Para o desenvolvimento da pesquisa foram analisados os documentos referentes ao estabelecimento das parcerias público-privadas e também foram feitas visitas aos estabelecimentos de Educação Infantil criados a partir desta nova modalidade de relação público-privada. A partir desta análise, observou-se que existem diversas barreiras enfrentadas no estabelecimento destas parcerias, como a limitação de recursos orçamentários e técnicos, a falta de homogeneidade na qualidade da construção e dos serviços prestados nas unidades e os limites do município no processo licitatório e de execução dos planejamentos.